

[Especialidades](#) [Artigos](#) [Sobre o EV](#) [Contato](#)

Sexta -feira ,02 de Dezembro de 2016.

O contraponto do presidente nacional da OAB

Advocacia | Publicação em 02.12.16

O presidente do CF-OAB, Claudio Lamachia, repudia as manifestações do presidente da Associação do Ministério Público do RS, Sérgio Harris, proferidas durante ato contra a emenda aprovada na Câmara dos Deputados, que propõe punir o abuso de autoridade:

"Ao contrário da leviana acusação de que a OAB teria 'se aliado a políticos corruptos e servir de alibi para os próprios aprovarem o pacote anticorrupção', a entidade mais do que nunca mantém sua posição clara e propositiva para o combate à corrupção e defesa das instituições.

As declarações do presidente da Associação do Ministério Público do RS são falaciosas e irresponsáveis.

Demonstram sua total imaturidade para exercer cargo de tamanho relevo, notadamente no momento atual, em precisamos de homens públicos equilibrados e comprometidos com a verdade.

A OAB está examinando o texto e sequer possui posição formal firmada sobre a proposta de nova Lei de Abuso de Autoridade e, mesmo que tivesse, jamais defenderia qualquer proposição que pudesse enfraquecer a independência de agentes públicos, muito menos se somaria a qualquer pessoa envolvida em episódios de corrupção para ver atendidos os seus pleitos.

Todas as propostas defendidas pela OAB, como por exemplo a penalização daqueles que desrespeitam as prerrogativas da advocacia, são e foram feitas às claras e amplamente divulgadas pela imprensa.

Jamais agi nas sombras. Como membro do Ministério Público, deveria o promotor justificar sua remuneração, trabalhando pelo bem da sociedade e não disseminando informações inverídicas para contaminar a relação das instituições.

Ao longo de sua história, a OAB desempenhou papel fundamental para a manutenção do Estado Democrático de Direito, atuando inúmeras vezes para resguardar a independência e prerrogativas da magistratura e do próprio Ministério Público.

As declarações do promotor expõem inclusive a sua capacidade de percepção para o momento e a importância de entidades como a OAB no atual contexto".

SÚMULAS

Confira os verbetes dos tribunais.

- Súmulas vinculantes do STF
- Súmulas do STF
- Súmulas do STJ
- Súmulas do TST
- Orientações jurisprudenciais do TST
- Precedentes normativos do TST
- Súmulas das Turmas Nacionais de Unificação
- Súmulas do TRF da 1ª Região
- Súmulas do TRF da 2ª Região
- Súmulas do TRF da 3ª Região
- Súmulas do TRF da 4ª Região
- Súmulas do TRF da 5ª Região
- Súmulas do TJRS
- Súmulas das Turmas Recursais do TJRS
- Súmulas do TRT 1ª Região
- Súmulas do TRT 2ª Região
- Súmulas do TRT 4ª Região
- Súmulas do TRT 12ª Região

Receba o EV

Assine nossa newsletter e receba artigos e novidades do site.

ENVIAR

Envie seu Comentário

Aviso: Os comentários são de responsabilidade de seus autores e não representam a opinião do Espaço Vital.

Mensagem (Máximo 500 caracteres)

É vetada a inserção de comentários que violem as leis, a moral e os bons costumes ou violem direitos de terceiros. Além da correta identificação pessoal, sem pseudônimos etc., os leitores ficam obrigados

CONTRIBUIÇÕES INSS

Indicadores Previdenciários

de terceiros. Além da correta identificação pessoal, sem pseudônimos etc., os leitores ficam obrigados a respeitar os critérios impostos neste aviso, ou que estejam fora do tema proposto.

Antes de enviar seu comentário, por favor clique em apenas uma das seguintes opções:

- ☐ Já sou leitor cadastrado e recebo regularmente o EV.
- ☐ Não sou cadastrado e quero receber gratuitamente o boletim informativo do EV.
- ☐ Não quero receber o boletim informativo do EV.

D P O Q K

Código de segurança

ENVIAR

Comentários

Mario Fernando Gonçalves Lucas - Advogado. 02.12.16 | 10:21:41

Parabenizo o presidente Claudio Lamachia por esta nota de repúdio à manifestação do presidente da associação do Ministério Público, pois não podemos permitir que seja afrontada a posição de nossa OAB, em defesa dos interesses maiores da sociedade e em especial este contra a corrupção. Posições desta natureza de nosso presidente engrandecem a nossa OAB.

Contribuição Mínima
R\$ 44,00 (aliquota de 5%)

Contribuição Máxima
R\$ 176,00 (aliquota de 20%)

Alíquota - Empregados
Até R\$ 1.556,94 é de 8%.
De R\$ 1.556,95 até R\$ 2.594,92 é de 9%.
De R\$ 2.594,93 até R\$ 5.189,82 é de 11%.

Alíquota - Empregador Doméstico
8% sobre o salário do empregado.

Salário Mínimo Nacional
R\$ 880,00

Salário Mínimo Regional
R\$ 1.103,66

Salário Família
(por filho até 14 anos)
Para salário de até R\$ 806,80 é de R\$ 41,37.
De R\$ 806,81 até R\$ 1.212,64 é de R\$ 29,16.
Acima de 1.212,64 não tem direito
a salário família.

[Veja outros indicadores,
clcando aqui.](#)

O sistema que você entende

Notícias Relacionadas

Deputado federal gaúcho, uma sociedade advocatícia e dois advogados condenados por improbidade administrativa

Advocacia | 02.12.16

Caso envolve a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços de cobrança da dívida ativa para a Prefeitura de Sapiranga, judicial e extrajudicialmente.

TRF-4 determina que INSS disponibilize local próprio para atendimento de advogados

Advocacia | 29.11.16

Segundo o julgado, a exigência de um agendamento para cada cliente é "um impedimento ao livre exercício da advocacia".

Grande escritório é proibido de contratar advogados como associados

Advocacia | 08.11.16

Sentença determina que todos os profissionais sejam contratados como empregados e que sejam acertadas as verbas trabalhistas devidas, incluindo FGTS e contribuições previdenciárias. O período de abrangência é retroativo.

Quase 1.000.000 de advogados brasileiros**52,5%**
são homens**47,5%**
são mulheres

Mas entre os estagiários(as), a predominância é feminina:
elas são 53%; eles, 47%.

Faltam apenas 2.765 para a marca de 1.000.000 de advogados

Advocacia | 01.11.16

O Rio Grande do Sul tem predominância de advogados homens, mas as estagiárias gaúchas estão em vantagem: elas são 1.238 contra 1.062 estagiários. E o maior número de profissionais nacionais está na faixa dos 41 aos 59 de idade. Veja a tabela por Estados.

Trancada ação penal contra advogados que deram parecer favorável a contratação sem licitação

Advocacia | 01.11.16

Trata-se de exercício regular da advocacia. Conforme o julgado do STJ, "o parecer é uma opinião profissional que pode, ou não, ser acatada pela administração, sem ter caráter vinculativo".

Faltando confiança, cliente pode - sem pagar multa - revogar contrato de advocacia

Advocacia | 01.11.16

STJ decide que, mesmo existindo cláusula de irrevogabilidade, não é possível estipular multa em casos de renúncia ou revogação unilateral do mandato. Honorários proporcionais ao serviço prestado pelo profissional são ressaltados.

Espaço Vital

O **Espaço Vital** é um site independente, direcionado aos operadores jurídicos. Didático, divulga precedentes interessantes. Atento, aponta mazelas jurídicas e crítico se opõe a verbas sucumbenciais irrisórias. Prestigia advogados criativos e advocacia atuante; aplaude magistrados que dão pronta prestação jurisdicional; e elogia membros do Ministério Público em causas de interesse da sociedade. E impressionado, o **Espaço Vital** deplora o espantoso crescimento jurisdicional da "estagiariocracia" e da "assessorocracia".

Matérias mais lidas dos últimos 15 dias

- Por que se diz que "a magistratura virou emprego de luxo para mauricinhos e patricinhas"
- Despacho curioso em ação na 4ª Vara da Fazenda de Porto Alegre: "O autor tenha a santa paciência e refaça seu ridículo cálculo..."
- Punição financeira rigorosa contra condômina que é inadimplente habitual
- Advogada gaúcha obtém vínculo empregatício com dois escritórios
- Um penduricalho ilegal (e/ou imoral) substituído por outro

Redes Sociais

